

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

121 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 2 a 6/05/2022

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Reforma das eleições da UE	1
Proteção dos valores comuns na Hungria e Polónia	1
Ucrânia: consequências sociais e económicas na UE	1
Europol: mais poderes com supervisão	1
Subvenções estrangeiras que distorcem o mercado	2
Extensão da validade do certificado digital COVID-19	2
2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA EVENTO FINAL	2
3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA EVENTO NACION ENCERRAMENTO	NAL DE
4. EUROJUST PROVAS DE CRIMES DE GUERRA	3
5. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA RENOVADA PARA AS R ULTRAPERIFÉRICAS	REGIÕES 4
6. COMISSÃO EUROPEIA ESPAÇO EUROPEU DE DADOS DE SAÚDE	5
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Conselho extraordinário de Transportes, Telecomunicações e Energia	5
Videoconferência do Eurogrupo	5
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	6
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6
9. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	6



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, destacando-se:

Reforma das eleições da UE

O PE aprovou um relatório de iniciativa legislativa (com 331 votos a favor, 257 contra e 52 abstenções) que visa reformar as regras das eleições europeias. Prevê-se assim que cada eleitor tenha dois votos (um para eleger os deputados ao Parlamento Europeu nos círculos eleitorais nacionais e outro num círculo eleitoral à escala da UE, composto por 28 lugares adicionais). O equilíbrio geográfico conseguir-se-á na divisão dos Estados-Membros em três grupos, consoante a dimensão da sua população, e as listas serão preenchidas por candidatos desses grupos de forma proporcional. Já as listas de candidatos a nível da UE deverão ser apresentadas por entidades eleitorais europeias (coligações de partidos políticos nacionais e/ou associações nacionais de eleitores ou partidos políticos europeus).

Outras propostas incluem a fixação do dia 9 de maio como dia comum europeu de votação ou o direito de os cidadãos votarem no Presidente da Comissão num sistema de «candidato principal» (Spitzenkandidaten) através das listas a nível da UE.

O vídeo deste debate encontra-se disponível aqui.

Proteção dos valores comuns na Hungria e Polónia

Foi adotada uma resolução (426 votos a favor, 133 contra e 37 abstenções) na qual os deputados congratulam o facto de a Presidência francesa ter retomado a realização de audições ao abrigo do nº 1 do artigo 7º do Tratado, mas exortam o Conselho a demonstrar "empenho genuíno" e a fazer "progressos significativos" para proteger os valores europeus, insistindo que a não implementação por parte da Hungria e da Polónia dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça Europeu e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem é inaceitável, devendo todos os Estados-Membros respeitar o direito da UE. Foi ainda referido que as recomendações aos Estados-Membros devem ser rapidamente adoptadas, com prazos claros após as audições, que a unanimidade não é necessária para identificar os riscos de uma grave violação dos valores da UE e que não devem ser aprovados planos nacionais ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência até que se verifiquem progressos neste âmbito.

Ucrânia: consequências sociais e económicas na UE

Os deputados debateram as consequências sociais e económicas para a UE da guerra na Ucrânia, aplaudindo o sexto pacote de sanções contra a Rússia e o pacote de recuperação da Ucrânia, criados pela Comissão Europeia. Foi sublinhada a necessidade de apoio às empresas europeias afetadas pela guerra e de apoio a países que sofrem diretamente os seus efeitos pela sua dependência energética ou pela receção de um número elevado de refugiados. O debate contou a Presidente da Comissão Europeia e com a Ministra francesa Brigitte Klinkert, encontrando-se a primeira ronda de intervenções disponível aqui e o vídeo integral do debate aqui.

Europol: mais poderes com supervisão

Os deputados endossaram, com 480 votos a favor, 143 contra e 20 abstenções, o <u>reforço do mandato</u> <u>da Europol</u>². Este reforço implica a possibilidade de a Europol prosseguir projetos de investigação e

Τ

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE

² Cfr. Síntese n.º 109



inovação, processar grandes conjuntos de dados, apoiar as autoridades nacionais a analisar o investimento direto do estrasngeiro em casos relacionados com a segurança, bem como receber dados de empresas privadas quando estejam em causa conteúdos terroristas. O reforço das suas competências significa também supervisão apropriada, devendo ser criado o *Fundamental Rights Officer*.

Subvenções estrangeiras que distorcem o mercado

O PE definiu a sua posição negocial e concordou que a Comissão Europeia deve poder investigar e mitigar os efeitos dos <u>subsídios estrangeiros que distorcem o mercado</u>, concedidos a empresas estabelecidas para adquirir empresas da UE ou participar em concursos públicos da UE. Pretende-se assim assegurar a concorrência leal entre as empresas ativas no mercado da UE, com igualdade de oportunidades.

Extensão da validade do certificado digital COVID-19

Demos nota na <u>síntese anterior</u> da possibilidade de extensão da validade do certificado COVID-19, que expirava no dia 30 de junho. O <u>plenário do PE aprovou a abertura das negociações com os Estados-Membros de extensão por mais 12 meses.</u>

Outros debates:

- <u>Ucrânia: proteção das mulheres e crianças</u>
- Carregador comum e a redução do lixo eletrónico
- Estatuto candidato da Moldova
- <u>Direitos humanos na Turquia, Camboja e China</u>
- Economia circular e a redução de químicos perigosos
- Debate com o Primeiro-Ministro italiano Mario Draghi

2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | EVENTO FINAL³

O <u>evento</u> de **encerramento da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE)** teve lugar no dia 9 de maio, em Estrasburgo, e contou com a participação dos copresidentes da Conferência Dubravka Šuica, Guy Verhofstadt e Clément Beaune que, nas suas intervenções iniciais, destacaram o papel assumido pelos cidadãos durante a Conferência, a importância das conclusões finais da CoFE e o impacto da guerra na Ucrânia nestes trabalhos.

Os cidadãos representantes dos Painéis de Cidadãos Europeus e Nacionais partilharam a sua experiência sobre a participação neste exercício e destacaram as prioridades identificadas no âmbito dos tópicos da CoFE. Seguiu-se a **apresentação do <u>relatório final</u> da Conferência** pelos copresidentes e a sua <u>entrega aos Presidentes da instituições europeias, nomeadamente Ursula von der Leyen</u> (Comissão Europeia), Roberta Metsola (Parlamento Europeu) e Emmanuel Macron (Conselho), bem como ao Primeiro-Ministro português, António Costa.

O evento foi também marcado pelos **testemunhos dos representantes dos Painéis de Cidadãos Europeus e Nacionais** e por momentos culturais dedicados à dança e à música, bem como pelos discursos dos Presidentes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho da União,

-

³ Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus



que felicitaram o trabalho desenvolvido e aludiram às propostas e medidas constantes das conclusões finais da Conferência, sublinhando a importância de dar seguimento às mesmas. Foi ainda recordado o papel desempenhado neste âmbito pelo anterior Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli.

Em representação da Assembleia da República participaram no evento os deputados da Comissão de Assuntos Europeus Luís Capoulas Santos (PS), Rosário Gambôa (PS), Paulo Moniz (PSD) e Isabel Meirelles (PSD).

3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | EVENTO NACIONAL DE ENCERRAMENTO⁴

Realizou-se, no dia 7 de maio na Fundação Serralves (Porto), o **evento de encerramento da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE) em Portugal**, que contou com a participação do Primeiro-Ministro António Costa, do Presidente da Câmara Municipal do Porto Rui Moreira e do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus Tiago Antunes. Após as intervenções iniciais, a Coordenadora Nacional da CoFE, Regina Bastos, apresentou o relatório nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, enumerando os eventos realizados desde junho de 2021, tendo destacado os respetivos temas, entidades organizadoras, composição da audiência e conclusões finais.

Seguiu-se a intervenção dos três cidadãos portugueses que participaram na Conferência (através de mensagens vídeo) e dos representantes dos parceiros nacionais, tendo a Assembleia da República sido representada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos. Os representantes destacaram a importância de monitorar a implementação das propostas finais da Conferência e a pertinência de reforçar o projeto europeu, promovendo uma União Europeia mais próxima dos valores europeus e dos cidadãos, mais participada, justa e solidária, e mais forte e eficaz nos processos de decisão. Aludiu-se, ainda, ao interesse em ensinar a democracia nas escolas e de dar a conhecer o trabalho desenvolvido no seio da União, ao papel das autarquias locais neste contexto e à necessidade de criar condições para a emancipação dos jovens.

A sessão contou ainda com um momento dedicado à conversa com os cidadãos, durante a qual o Primeiro-Ministro respondeu às questões apresentadas pelos jovens presentes sobre temas como a saúde mental, a autonomia e flexibilização curricular, o futuro da juventude em Portugal e a redução da idade de voto para 16 anos. Mencionou também o projeto comum europeu, a internacionalização dos artistas, a estratégia e a justiça intergeracional, a guerra na Ucrânia e na Europa, a sustentabilidade e transição climática, as energias renováveis e nuclear e a autonomia energética.

O vídeo do evento está disponível aqui.

4. EUROJUST | PROVAS DE CRIMES DE GUERRA

O Conselho adotou um mandato sobre as <u>novas regras que permitem à Eurojust preservar, analisar e</u> <u>armazenar provas relacionadas com os principais crimes cometidos a nível internacional, tais como crimes de guerra.</u>

Na sequência da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e a possibilidade de estarem a ser cometidos crimes contra a humanidade e crimes de guerra, a coordenação e o intercâmbio de provas

-

⁴ Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus



entre as autoridades responsáveis pela ação penal em diferentes jurisdições são importantes para garantir a eficácia das investigações, assim como o armazenamento de provas.

Estas novas regras permitirão assim à Eurojust:

- **armazenar e preservar provas** relacionadas com crimes de guerra, incluindo imagens de satélite, fotografias, vídeos, gravações áudio, perfis de ADN e impressões digitais;
- tratar e analisar essas provas em estreita cooperação com a Europol e partilhá-las com as autoridades nacionais e internacionais competentes, nomeadamente com o Tribunal Penal Internacional.

5. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA RENOVADA PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

A Comissão Europeia adotou uma <u>estratégia renovada para as regiões mais remotas da UE - regiões ultraperiféricas</u> - com vista a tirar proveitos das suas potencialidades através de investimentos e reformas adequados.

As nove regiões ultraperiféricas da UE - Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho (França), Açores e Madeira (Portugal) e ilhas Canárias (Espanha) - representam várias vantagens e potencialidades mas, em virtude da sua localização geográfica, afastamento, insularidade, pequena dimensão e vulnerabilidade às alterações climáticas e fenómenos meteorológicos extremos, foi negociado um financiamento sem precedentes no quadro dos fundos e programas para o período 2021-2027. Além disso, a Comissão está ainda a criar oportunidades específicas em muitos domínios de intervenção na UE, nos quais se inclui o lançamento de convites específicos para apresentação de projetos exclusivamente dedicados às regiões ultraperiféricas.

Esta estratégia incidirá assim em cinco pilares:

- 1. Dar prioridade às pessoas;
- 2. Aproveitar as vantagens únicas de cada região;
- 3. Favorecer uma transformação económica sustentável, respeitadora do ambiente e com impacto neutro no clima;
- 4. Reforçar a cooperação regional das regiões ultraperiféricas com os países e territórios vizinhos;
- 5. Reforçar a parceria e o diálogo com as regiões ultraperiféricas, nomeadamente através do apoio específico à respetiva capacidade administrativa e de medidas de sensibilização para intensificar a sua participação nos programas da UE.

A Comissária Elisa Ferreira referiu a este propósito que «A Comissão está plenamente empenhada em apoiar o desenvolvimento económico e social das regiões ultraperiféricas, que representam vantagens importantes para toda a UE. Com a comunicação hoje adotada, pretendemos dar prioridade às pessoas, colmatando as disparidades em termos de qualidade de vida entre todas as regiões ultraperiféricas e o resto da UE, de modo a que todas as pessoas que aí vivem tenham habitação adequada, água, acesso à educação, formação, cuidados de saúde e transportes.».

Sobre esta questão, a Comissão Europeia preparou uma seção de perguntas e respostas.



6. COMISSÃO EUROPEIA | ESPAÇO EUROPEU DE DADOS DE SAÚDE

A Comissão lançou também esta semana o <u>espaço europeu de dados de saúde (EDDS), um dos elementos base de uma União Europeia para a Saúde forte</u>. Este <u>espaço</u> dará às pessoas o controlo sobre os seus próprios dados de saúde no seu país e além-fronteiras. Assim:

- as pessoas terão **acesso simples e imediato aos seus dados** em formato eletrónico e de forma gratuita, podendo partilhá-los com outros profissionais de saúde nos Estados-Membros e entre eles, a fim de melhorar a prestação de cuidados de saúde;
- os relatórios médicos e laboratoriais serão emitidos e aceites num formato europeu comum;
- a interoperabilidade e a segurança serão requisitos obrigatórios;
- os Estados-Membros terão de nomear autoridades de saúde digital (que participarão na infraestrutura digital transnacional MyHealth@EU).

Pretende-se assim melhorar a utilização dos dados de saúde para fins de investigação, inovação e elaboração de políticas, através:

- de um quadro jurídico sólido para a utilização de dados de saúde para fins de investigação, inovação, saúde pública, elaboração de políticas e regulamentação;
- o acesso aos dados por parte de investigadores, empresas ou instituições requererá uma autorização a um organismo de acesso a dados de saúde, que será instituído em todos os Estados-Membros, e o acesso só será concedido se os dados forem utilizados para fins específicos, em ambientes fechados e seguros, sem revelar a identidade;
- os organismos de acesso a dados de saúde terão de estar ligados à nova infraestrutura descentralizada da UE para fins de utilização secundária (HealthData@EU).

A seção de perguntas e respostas da Comissão sobre o tema encontra-se disponível aqui.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho extraordinário de Transportes, Telecomunicações e Energia

Os ministros trocaram pontos de vista sobre a <u>situação energética da UE no contexto da guerra na Ucrânia</u>, tendo sido reiterada a sua solidariedade para com o país e para com os Estados-Membros afetados pela suspensão do fornecimento de gás pela Gazprom. Os ministros da energia apresentaram uma análise da situação atual e debateram o nível de preparação da UE na eventualidade de uma crise de aprovisionamento energético, medidas de solidariedade e eventuais medidas de emergência para reforçar e melhorar as trocas de informações neste âmbito. Foi ainda feito o ponto de situação sobre eventuais medidas adicionais em termos de segurança do aprovisionamento, trânsito de gás e gestão das reservas de gás, assim como afirmado o empenho em trabalhar no sentido da eliminação gradual da dependência da UE dos combustíveis fósseis russos, aguardando o plano REPowerEU.

Videoconferência do Eurogrupo

No seu formato inclusivo, o Eurogrupo debateu um <u>projeto de plano de trabalho relativo à união bancária</u>, conforme previsto na Cimeira do Euro de dezembro de 2020.

Também esta semana, o Presidente do Eurogrupo emitiu uma <u>declaração sobre a seleção do Diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade</u>. Em março, os Estados-Membros da área do euro foram convidados a apresentar os seus candidatos, para suceder a Klaus Regling (cujo mandato terminará em outubro de 2022). O prazo para apresentação terminou no dia 2 de maio, tendo sido recebidas as seguintes candidaturas:



- Marco Buti, proposto por Itália;
- Pierre Gramegna, proposto pelo Luxemburgo;
- Menno Snel, proposto pelos Países Baixos;
- João Leão, proposto por Portugal.

As candidaturas serão discutidas na reunião do Eurogrupo de 23 de maio e espera-se que a nomeação ocorra no dia 16 de junho, por maioria qualificada.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

A reunião focou-se na troca de opiniões relativamente às <u>decisões de execução do Conselho relativas à aprovação dos planos nacionais de recuperação e resiliência da Bulgária e Suécia.</u>

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos do PE serão dedicados às reuniões das <u>comissões parlamentares</u>, com destaque para as audições públicas sobre <u>o uso de regimes fiscais especiais na UE e o caso dos oligarcas russos</u> e sobre o <u>combate à violência de género em linha</u>.

Comissão Europeia

A próxima reunião do Colégio será no dia 11 de maio, destacando-se o debate do pacote financeiro: DEBRA (Subvenção para reduzir a distorção fiscal a favor do endividamento) e Comercialização à distância de serviços financeiros prestados aos consumidores - revisão da legislação da UE; e o pacote de direitos das crianças: Estratégia para uma Internet Melhor para as Crianças e Legislação para uma luta mais eficaz contra o abuso sexual das crianças.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 10.05: VI Conferência de Bruxelas - Supporting the future of Syria and the region

9. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de abril aqui e do arquivo *online* aqui.

Bruxelas | 9 de maio de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.